



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167350 - RJ (2019/0218781-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : EDUARDO FERREIRA MAYER
ADVOGADOS : DOUGLAS SABONGI CAVALHEIRO - SP216159
CARLOS AUGUSTO JATAHY DUQUE - ESTRADA JÚNIOR -
SP179983
EMBARGADO : GOL LINHAS AEREAS S.A.
EMBARGADO : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.
ADVOGADOS : CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR - DF010424
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553
JOÃO PAULO FERNANDES DE CARVALHO E OUTRO(S) -
DF026930
NATALIA DA COSTA CRIVELARO CARONE - SP257476
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE
JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 18A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos opostos por **EDUARDO FERREIRA MAYER** contra decisão, acostada às fls. 229/232, da lavra deste signatário que conheceu do presente conflito e, por conseguinte, declarou a competência do r. juízo da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ.

Em suas razões, o ora embargante sustenta que "(...) a r. Decisão foi omissa, pois o Embargante fundamentou que as hipóteses tal qual como já reconheceu este E. S.T.J. em caso análogo, envolvendo as Embargadas, no Conflito de Competência nº 151889 -RJ, o qual foi julgado pela 2a Secção, por unanimidade, mantendo a competência da Justiça do Trabalho para executar as Embargadas por se tratar de grupo econômico, nos termos do art. 20, §20, da C.L.T."

Pede, assim, que "(...) sejam conhecidos e providos os Embargos de Declaração, sanando a omissão apontada, a fim de que este D. Juízo se manifeste acerca da tese de grupo econômico, a qual foi determinante para a inclusão das Embargadas no polo passivo, conforme se depreende da leitura das informações prestadas pela 18a Vara do Trabalho de São Paulo, e-STJ FIS. 185/187 e da r. Decisão de e-STJ Fl. 212, admitindo efeito modificativo no r. Julgado, para que não seja conhecido o conflito de competência, eis que a causa de pedir e o pedido são de sucessão de empresas, tese diversa dos autos (grupo econômico), reestabelecendo a competência do r. Juízo Laboral para dar continuidade aos atos executórios."

Sem impugnação. (fl. 256)

É o relatório.

Decisão.

Os presentes embargos de declaração não merecem acolhimento.

1. Nos estreitos lindes do artigo 1.022 do NCPC (art. 535 do CPC/1973), o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado. Nesse sentido, cito precedentes desta Corte: AgRg no AREsp 609.464/DF, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 12/06/2015; EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 552.667/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 10/11/2015.

Com efeito, na hipótese dos autos, a pretexto de demonstrar omissão, na verdade, o ora embargante pretende a modificação da decisão, cuja via processual é **inadequada** porquanto o referido julgado consignou, expressamente, que: *"(...) A questão já se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que reconhece ser o juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas pertinentes aos interesses e bens da sociedade recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, mesmo quando o crédito seja anterior ao deferimento do processo de soerguimento, devendo, portanto, se submeter ao plano recuperacional, sob pena de inviabilizá-lo. No caso, o processo de recuperação judicial em que se encontra a VARIG S.A. impõe o reconhecimento do juízo universal como o competente para apreciar a sucessão ventilada nos autos."*

Na oportunidade, foram citados os seguintes precedentes: AgInt no CC 152.153/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017; AgInt no CC 121.276/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 08/02/2017.

Diante disso, por inexistir nenhuma das máculas prevista no art. 1.022 do CPC, é de rigor o desacolhimento dos presentes embargos de declaração.

2. Do exposto, **rejeito** os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator